

TENSÕES DE PODER: A AUSÊNCIA ESTATAL COMO ELEMENTO PROPULSOR DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL E OS SEUS AVANÇOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

POWER STRUGGLES: STATE ABSENCE AS A DRIVING FORCE BEHIND THE FIRST CAPITAL COMMAND AND ITS ADVANCE FOR THE AMAZON BRAZILIAN

| | |
|-------------|------------|
| Recebido em | 23/11/2023 |
| Aprovado em | 21/12/2023 |

Yuri Ygor Serra Teixeira¹
Débora Cristina da Silva Passos²
Maria Vitória Balieiro Pinheiro³

RESUMO

A pesquisa analisa as tensões de poder na região amazônica, com ênfase na participação indireta do Estado na expansão do Primeiro Comando da Capital e seus impactos na localidade. O propósito principal é investigar as intrincadas dinâmicas de poder entre o Estado e as facções que se manifestam no contexto do crescimento do Primeiro Comando da Capital na Amazônia. Este estudo busca compreender os efeitos desse fortalecimento na segurança pública da região, considerando o aumento do tráfico de drogas, a violência local e outras consequências associadas à presença da facção na área. Para atingir esse intento, a pesquisa examina a interação de poder entre o Estado punitivo e o Primeiro Comando da Capital. Por fim, explora as implicações decorrentes desse fortalecimento na localidade. Este estudo possui uma abordagem básica, com foco exploratório. Os procedimentos metodológicos envolvem a realização de levantamento bibliográfico e documental. A coleta de dados será conduzida por meio da análise de fontes como livros, artigos e documentos legais, incluindo legislação e anuários de segurança pública. A análise desses dados será qualitativa e seguirá um método hipotético-dedutivo para fundamentar as conclusões da investigação. Portanto, nos resultados alcançados foi possível perceber como a ausência estatal permitiu a expansão e consolidação do primeiro comando da capital na região amazônica e com isso a sua influência no tráfico de drogas e no aumento da criminalidade local. Assim como a sua participação nos crimes ambientais.

Palavras-chave: Estado punitivo; facções criminosas; Primeiro Comando da Capital; segurança pública; região Amazônica.

¹ Professor do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) e da Universidade da Amazônia (UNAMA). Mestre em Direitos Fundamentais e especialista em Ciências Criminais pela Universidade da Amazônia (UNAMA), pós-graduando em Direito Penal Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Direito Penal e Democracia (Cnpq).

³ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará.

ABSTRACT

The research analyzes power tensions in the Amazon region, with an emphasis on the indirect participation of the State in the expansion of the First Command of the Capital and its impacts on the locality. The main purpose is to investigate the intricate power dynamics between the State and the factions that manifest themselves in the context of the growth of the First Capital Command in the Amazon. This study seeks to understand the effects of this strengthening on public security in the region, considering the increase in drug trafficking, local violence and other consequences associated with the presence of the faction in the area. To achieve this aim, the research examines the interaction of power between the punitive State and the First Command of the Capital. Finally, it explores the implications arising from this strengthening in the locality. This study has a basic approach, with an exploratory focus. The methodological procedures involve carrying out a bibliographic and documentary survey. Data collection will be conducted through the analysis of sources such as books, articles and legal documents, including legislation and public security yearbooks. The analysis of this data will be qualitative and will follow a hypothetical-deductive method to support the conclusions of the investigation. Therefore, in the results achieved it was possible to see how the absence of the state allowed the expansion and consolidation of the first command of the capital in the Amazon region and with this its influence on drug trafficking and the increase in local crime. As well as their participation in environmental crimes.

Keywords: Punitive State; criminal factions; First Command of the Capital; public security; Amazon region.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento das facções criminosas no Brasil decorre da busca por garantias de direitos humanos para os presos. Isso se evidencia a partir da teoria de Manso e Dias, 2018 p. 8), os quais afirmam que o surgimento dessas facções teve origem no massacre do Carandiru, como uma reação aos ataques e opressões perpetrados por agentes policiais nas prisões em todo o território nacional, sobretudo do PCC, que nasceu dentro do sistema carcerário, conforme abordado posteriormente. As estruturas dessas organizações criminosas apresentam características hierárquicas, dinâmicas e ilícitas, assim como elementos de representação social que emergiram com a criação do Primeiro Comando da Capital (PCC). As facções criminosas possuem princípios ideológicos que se justificam pela luta contra as injustiças do sistema prisional, bem como a opressão e a violência do Estado sobre os presos. Diante desse cenário, faz-se necessária uma análise aprofundada de suas origens e expansão. Um aspecto crucial para compreender essa expansão é a relação entre o poder estatal e a consolidação do PCC.

Nesse contexto, tratar do surgimento e expansão das facções criminosas no país é, por vezes, desafiador, tendo em vista que se trata de uma junção de problemas sociais e falta de

atuação do Estado. Isso decorre do pressuposto de um sistema penal mal estruturado, que não tem capacidade para lidar com as pessoas que compõem a massa carcerária. Tais fatores acabam por violar direitos e garantias fundamentais.

Diante disso, há uma busca por condições melhores de sobrevivência, o que leva à atuação das facções criminosas nos presídios brasileiros. Elas agem prometendo aquilo que o Estado deixa de efetivar, com o único objetivo de conquistar pessoas leais e comprometidas para atuar nas atividades ilegais por elas praticadas. Surge, assim, uma reflexão crítica sobre o papel do Estado na formação e consolidação do PCC, juntamente com suas implicações nas regiões do Brasil.

São diversos os problemas que permeiam a expansão do PCC pelo Brasil, especialmente na região amazônica. Isso não se trata apenas da repressão contra as ações policiais em relação aos presos, mas sim de uma questão político-social que afeta inúmeros segmentos da sociedade, como a segurança pública. Isso é especialmente evidente na região amazônica, devido ao aumento no tráfico de drogas, à violência e aos crimes ambientais, conforme um Estudo realizado pelo fórum Brasileiro de segurança Pública, o qual será explanado no capítulo pertinente. Tal aumento que têm enfrentado com o avanço do PCC na região.

A entrada do PCC na Amazônia reflete uma dinâmica multifacetada, envolvendo fatores socioeconômicos, políticos e ambientais. A região enfrenta desafios estruturais e infraestrutura precária, contribuindo para a vulnerabilidade das comunidades e facilitando a infiltração de grupos criminosos.

Diante desse cenário complexo, é crucial realizar uma análise crítica do papel do Estado na formação e expansão do PCC, questionando a eficácia de políticas meramente repressivas. O objetivo deste trabalho é investigar as tensões de poder entre o Estado e as facções no fortalecimento do PCC na Amazônia, focando nos impactos desse fortalecimento na região.

A pesquisa será estruturada em cinco itens, sendo a introdução à primeira. O segundo investigará a luta dos poderosos entre o Estado e as facções, identificando fatores de fortalecimento. O terceiro examinará as estratégias do PCC para expandir na Amazônia Brasileira. O quarto avaliará os reflexos mais marcantes dessa organização na região. O quinto apresentará as considerações finais.

A pesquisa busca responder à seguinte pergunta: em que medida a ausência do Estado contribui para o fortalecimento da facção na região amazônica e quais são os impactos resultantes desse fenômeno na área? A hipótese é a de que a ausência do Estado na região

amazônica faz com que o PCC crie estratégias de consolidação e fortalecimento que permitem à facção controlar o tráfico de drogas, o garimpo e a criminalidade local. Tais fatores contribuem para a fragilidade na segurança pública da área e demonstram a participação indireta do Estado em permitir o avanço das facções.

A originalidade da pesquisa justifica-se pela lacuna na produção científica sobre o tema em questão, constatada por meio de levantamento bibliográfico realizado em 2023, com base em consultas ao *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, Teses e Dissertações da CAPES, utilizando as seguintes palavras-chave: Estado punitivo; Facções criminosas; Primeiro Comando da Capital; Segurança Pública; Região Amazônica. Dito isso, a manutenção do poder e a expansão do PCC, especialmente na região amazônica, juntamente com a escassez de estudos sobre a temática proposta, validam a relevância deste trabalho. Ao analisar os fatores que fortalecem a organização criminosa na região, bem como seus impactos na segurança pública local, contribui-se para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e estratégias de combate ao crime organizado.

Esta pesquisa é de natureza básica, com objetivos exploratórios, utilizando dados e informações existentes sobre a temática proposta. Os procedimentos envolvem levantamento bibliográfico e documental, coletando dados por meio da análise de livros, artigos e documentos, como legislação e anuários de segurança pública. O levantamento será sistematizado qualitativamente, utilizando o método hipotético-dedutivo para concluir a investigação.

2 A LUTA PELO PODER: ESTADO VERSUS O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

O nascimento do PCC representa um reflexo contundente do que seria o "mau funcionamento" do Estado punitivista no Brasil. Essa organização criminosa emergiu como uma resposta direta às graves falhas e disfuncionalidades do sistema prisional e da política de segurança do país, conforme retratado na obra "Laços de Sangue: A história secreta do PCC", de Christino e Tognolli (2017).

Ocorre que, o surgimento do PCC perpassa por uma estrutura hierarquizada, conforme se verifica da criação de um Estatuto o qual estabelece normas que os facionados precisam cumprir. Assim, a facção passou a se organizar dentro do cárcere, atingindo uma organização hierárquica, que se fortalece na medida em que cada membro do grupo exerce sua função em determinada área, dentro dos cárceres.

Manso e Dias, 2018, (P. 12,) afirmam que o PCC é também composto por sintonias “temáticas”, ou seja, cada membro exerce uma função, sendo, por exemplo, a sintonia da Ajuda, a qual atua na distribuição de cesta básica e demais auxílios a integrantes da facção. Bem como, a Sintonia do Cadastro, responsável pelos registros de batismo – como são chamados os processos de filiação e relatórios de punição.

Assim, diante essa estrutura organizacional criada pela facção, os integrantes passam a exercer um compromisso de lealdade para com o grupo, obedecendo às normas impostas pela organização, tornando possível a consolidação do primeiro comando da capital. Para além disso, o PCC acaba por fortalecer as atividades ilícitas dentre dos presídios, demonstrando um poder paralelo ao exercido pelo estado.

A luta entre o Estado e o PCC tem desempenhado um papel fundamental na formação e consolidação dessa organização criminosa. A postura repressiva, sob a ótica do Estado, focada principalmente na punição e no encarceramento em massa, fomentou o anseio pela criação e crescimento do PCC, especialmente nos presídios onde o Estado era mais presente (Christino; Tognolli, 2017, p. 11). Sob tal ótica, faz-se necessário adentrar sobre o poder e sua consolidação perante a facção no mercado do crime, para além dos presídios.

Pode-se afirmar que a ausência de prevenção ao crime, à violência institucional nas prisões e os baixos índices de ressocialização dos detentos refletem a crise profunda no sistema prisional. Neste contexto, Vera Regina descreve o reconhecimento da ineficácia e da falácia dos discursos que justificavam a pena de prisão no Brasil (Andrade, 2012, s.p). Não somente isso, a violência nem sempre é espelho da índole do indivíduo; muitas vezes, esta é a única saída para se defender ou se sobressair ao que negativamente lhe oferece o mundo do crime (Alves, 2022, p. 15).

Nesta linha, (Alves, 2022, p. 17), considerando o contexto atual, é evidente que a estrutura de desenvolvimento da sociedade desempenha um papel singular em relação aos crescentes níveis de criminalidade. Além disso, a violação dos direitos humanos e fundamentais dos detentos agravou sobremaneira a situação, como forma de organização o PCC elaborou um estatuto manifestando o propósito de estabelecer uma organização com o objetivo de conter os abusos e violências que sofriam no cárcere e, simultaneamente, regulamentar as interações entre os detentos, com o intuito de prevenir agressões originadas entre eles próprios (Bondi, 2010, p. 53).

Essa conjuntura, aliada à fragilidade do estabelecimento penal, possibilitou que as facções estabelecessem uma hierarquia e passassem a influenciar a dinâmica do crime organizado no país. De acordo com dados do Núcleo de Estudos da Violência da USP, os

homicídios vêm decrescendo desde 2018. Essa tendência é atribuída ao papel transformador do PCC no cenário criminal e no mercado de drogas. A estratégia racional de redução da violência permitiu ao PCC expandir sua influência nacional e internacional. O sucesso nos presídios superlotados do Brasil, que viram sua população carcerária crescer de 90 mil nos anos 90 para mais de 800 mil três décadas depois, contribuiu para esse avanço. (Manso, 2023, s.p.)

Entretanto, (Manso e Dias, 2018, p. 170) afirmam que o PCC seguirá bem-sucedido em preservar sua unidade e ambição monopolista, avançando no Brasil e se fortalecendo a partir das brechas do sistema. Para os autores, o sistema de justiça, bem como de segurança pública, será incapaz de coibir tal avanço, talvez nem tenha interesse. Policiamento ostensivo nos bairros pobres e encarceramento em massa seguem os remédios mais usados – justamente as soluções que ajudaram a induzir o crescimento das organizações criminosas no Brasil.

Nesse contexto, a facção buscou ampliar sua influência para além dos muros das prisões, utilizando-se da violência, ameaças e corrupção para conquistar e manter o controle de territórios em diversas regiões do país. O PCC não impõe limites geográficos; todos os indivíduos que são batizados como membros fazem parte da organização, independentemente de sua localização, seja em uma cidade, estado ou país (Biondi, 2014, p. 176).

Diante disso, denota-se às tensões de poder que permeiam a dinâmica do sistema carcerário e, por extensão, a segurança pública. (Foucault, 1979, p. 9), em seu livro "Microfísica do Poder", realizou várias pesquisas para entender a clara dissociação entre Estado e Poder, sendo articuladas com poderes locais em áreas de ação mais restritas, e constatou que o exercício de poder não se limita ao Estado, mas que, de várias maneiras, se interligam a ele e são cruciais para sua sustentação e eficácia, ou seja, o poder advinha da relação direta do Estado e suas coligações.

Atualmente, se discute esse poder. Urge que, segundo (Couto, 2018, p. 94), analisando a partir do conceito de território, ganha ainda mais importância, pois permite a investigação das raízes das microrrelações que definem territórios. O poder é complexo, abrangendo esferas política, econômica, cultural e social, influenciando relações cotidianas em várias escalas, muitas vezes desafiando a ordem hegemônica estabelecida. Essas diferentes perspectivas são fundamentais para compreender as dinâmicas de poder em contextos territoriais.

Nisso, o poder público, como detentor do monopólio legítimo da força, busca manter o controle e a ordem dentro das prisões, exercendo autoridade sobre os detentos. No entanto, o PCC, com sua estrutura organizacional e hierarquia própria, desafia essa autoridade estatal,

estabelecendo uma forma de poder paralelo dentro do sistema prisional. A dimensão alcançada pelo PCC tornou a política de segurança pública brasileira ineficaz contra esses grupos. Os líderes da facção dominam o sistema, enquanto a organização cresce em meio ao declínio do Estado (Rodrigues; Rezende, 2022, p. 405).

Observa-se um paradoxo entre o Estado validar uma política de encarceramento em massa ao mesmo tempo em que exerce controle sobre esses corpos específicos. É curioso notar que o próprio Estado, ao enviar essas pessoas para o cárcere, acaba fortalecendo inadvertidamente as organizações criminosas, colocando-as em contato com membros dessas facções dentro das prisões (Santos et al., 2017, p. 120).

Por um lado, o Estado acredita que ao intensificar as punições, reforça seu controle sobre uma quantidade significativa de indivíduos considerados criminosos. No entanto, por outro lado, essa abordagem inadvertidamente fortalece as organizações criminosas ao misturar em celas membros de grupos faccionados com pessoas que cumprem penas, principalmente por infrações de menor gravidade. Isso cria condições propícias para o recrutamento desses indivíduos pelas organizações criminosas. O processo de reconfiguração das relações sociais no ambiente prisional é uma consequência da concentração de poder nas mãos do PCC (Dias, 2011, p. 20).

Diante desse cenário, a estratégia mais eficaz para combater o crime organizado, especialmente no contexto do PCC, exige que o Estado explore alternativas no âmbito da política criminal. O foco primordial deve ser a contenção do recrutamento de novos membros pelo PCC, e tais alternativas devem centrar-se na promoção da educação, na criação de oportunidades de emprego e na oferta de programas de reabilitação. Isso se justifica pelo fato de que a construção de mais penitenciárias e presídios não tem se mostrado eficaz no enfrentamento do crime organizado, uma vez que facções criminosas continuam a se organizar internamente, exercendo suas atividades tanto dentro quanto fora das prisões (Martins; Machado, 2016, p. 7).

Na realidade, o PCC passou a se envolver em negócios ilegais com o intuito de obter lucros e consolidar sua presença, transformando-se em um agente de poder paralelo nessas atividades, muitas vezes em colaboração com outros grupos criminosos. As atividades ilícitas representam a principal fonte de receita e influência das facções, tornando as políticas de controle de drogas um fator crucial que impacta diretamente a dinâmica das relações entre o Estado e as organizações criminosas, como no caso do PCC. Essas políticas estão intrinsecamente ligadas ao financiamento e à expansão dessas organizações. As estruturas bem organizadas das organizações criminosas emergem em meio à total ausência estatal,

atuando em diversas frentes criminosas, como o tráfico internacional de drogas e armas (Araújo, 2018, p. 7).

O processo de reconfiguração das relações sociais dentro das prisões, resultante da monopolização das oportunidades de poder pelo PCC, tem impactos significativos na construção das hierarquias sociais nesse ambiente, assim como nas práticas que compõem a dinâmica dessa estrutura social (Dias, 2011, p. 20).

Em conclusão, a complexa teia de desafios apresentada pelo PCC destaca a urgência de uma abordagem multifacetada por parte do Estado. A prioridade deve recair sobre a implementação de políticas criminais que vão além da mera construção de prisões, concentrando-se na promoção de educação, criação de oportunidades e reabilitação. O enfrentamento das causas estruturais do crime é essencial para conter a expansão do PCC, cuja presença é cada vez mais sentida em diferentes regiões do país. Nesse contexto, a análise se volta agora para as dimensões percorridas pela facção na Amazônia Brasileira, explorando os desafios específicos enfrentados nessa região e suas implicações, os quais serão apresentados minuciosamente a seguir.

3 EXPANSÃO DO PCC NA REGIÃO DA AMAZÔNIA

O processo de expansão e consolidação da organização criminosa em todo o país originou-se devido ao seu notável crescimento e influência. Como resultado desse desenvolvimento, a presença da organização intensificou-se nas ruas e cidades do Brasil. Conforme reportagem do UOL (Costa; Adorno, 2018, s.p), o PCC, a maior facção criminosa do Brasil, com cerca de 30 mil membros, controla o mercado de drogas e o sistema prisional em oito estados, disputando o domínio em outros 13, mais o Distrito Federal. Em desvantagem em 5 unidades da federação, a facção, apesar dos conflitos, exerce influência sobre seus adversários na maneira de agir e se organizar, difundindo seu modelo de gangue prisional nacionalmente.

Nesta linha, ao discutir a disseminação do PCC pelo território nacional, argumenta-se que o grupo não é simplesmente um produto da ausência do Estado, mas, sim, decorre da forma como os agentes públicos operam nos cárceres e nas periferias urbanas (Tales, 2021, p. 217).

Nessa perspectiva, compreende-se que a fragilidade do sistema penal foi um dos principais impulsionadores para o fortalecimento. Arelada às demandas por melhores condições, a organização criminosa encontrou nas falhas e omissões do sistema prisional uma

oportunidade para exercer controle sobre os detentos e consolidar-se como uma força significativa. De acordo com Moreira (2020, p. 57), as organizações criminosas possuem uma estrutura hierarquizada, com planejamento, contabilização de gastos e lucratividade na atividade ilícita, além de uma divisão de tarefas bem definida.

É a existência dessa estrutura organizacional, que se inicia na fase de recrutamento e se estende até as divisões de responsabilidades, que permitiu a essas organizações fortalecerem-se gradualmente. Isso ocorreu devido à negligência do Estado em reconhecer o potencial das facções criminosas e em criar mecanismos de combate. No interior das prisões, esses grupos organizados, com destaque para o PCC no sistema carcerário paulista, consolidaram seu poder ao longo de décadas, em decorrência do descaso, do abandono e da falta de preocupação política com as condições físicas e morais das prisões (Dias, 2011, p. 214).

Nesse contexto, o Estado já não conseguia conter as atividades ilegais do PCC, que, conseqüentemente, expandiu suas operações para novos territórios em todo o Brasil. A facção reduziu a prática de homicídios e suas atividades relacionadas a crimes violentos, concentrando-se na transformação de sua organização em um cartel, direcionando todas as suas atividades para o tráfico de drogas (Santos; Jorge; Souza, 2017, p. 107).

Deste momento, o Estado empreendeu esforços para reconquistar o controle absoluto sobre essa facção criminosa. Devido a razões geográficas, a facção buscava expandir suas operações para áreas fronteiriças com outros países da América Latina, visando facilitar a exportação de drogas. Segundo a matéria produzida pela BBC Mundo (2020, s.p).

Em conformidade com a matéria, devido à vasta extensão territorial do Brasil, que abrange quase metade da América do Sul, a facção utiliza o extenso litoral como ponto de partida para o envio de drogas para outros continentes. Essa estratégia aproveita as vastas florestas e fronteiras, dificultando a ação das autoridades. Esses grupos criminosos assemelham-se a empresas, expandindo-se por motivos econômicos, estabelecendo-se principalmente no Paraguai, Bolívia e Peru, regiões de produção de drogas.

Como resultado, o PCC evoluiu para um cartel internacional, utilizando as mesmas rotas para o tráfico de drogas, além do contrabando de madeira e minério. Um exemplo disso é o Porto de Barcarena, no Pará, de onde esses produtos são enviados para países como Bélgica, Noruega, Espanha e Luxemburgo, registrando frequentes apreensões realizadas pela Polícia Federal. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, s.p.).

Na Amazônia, suas áreas remotas e a ausência de uma presença estatal efetiva tornaram-se campo de disputa para essas facções, que utilizam as comunidades como refúgio

frente às autoridades. Na região de fronteira, o Ministério Público do Acre observou um aumento significativo das atividades da organização. Segundo (Albano, 2023, s.p.), coordenador do GAECO, "[n]esta dinâmica de consolidar corredores logísticos, tem corredor de tráfico no território".

Em virtude disso, a expansão do PCC para a região amazônica utilizou diversas estratégias que exploraram as particularidades e fragilidades dessa vasta área. Tornando-se uma das organizações criminosas que comandam grande parte do tráfico de drogas no Brasil. Sua expansão e entrada na região amazônica ocorreram de forma estratégica (Moreira, 2020, p. 68).

O PCC se beneficiou da extensa e pouco vigiada fronteira da Amazônia com países vizinhos. Conforme observado, a Amazônia é alvo das redes de narcotráfico devido à sua fronteira expandida além do Brasil e às características naturais da região, como sua densa floresta latifoliada (Couto, 2018, p. 17). A região compartilha limites com vários países sul-americanos, o que possibilitou a criação de rotas de tráfico de drogas, armas e contrabando, permitindo que a facção expandisse suas atividades criminosas para além das fronteiras nacionais.

A fragilidade da presença estatal na região amazônica, especialmente em áreas mais remotas, permitiu ao PCC encontrar um ambiente favorável para suas operações ilegais. A falta de infraestrutura e de investimentos do Estado, aliada à corrupção e à ineficácia das instituições, possibilitou que a organização criminosa agisse com relativa liberdade, expandindo sua influência para áreas pouco controladas pelo poder público. O PCC reconfigurou o cenário nas prisões e periferias, transformando a sociabilidade local e desafiando narrativas estereotipadas. Além disso, estabeleceu redes de legitimidade e desenvolveu relações complexas com o Estado e as populações locais (Dyna, 2022, p. 20).

Ademais, dentre as estratégias de expansão, o PCC buscou estabelecer uma rede de colaboradores e informantes, cooptando pessoas da região para atuarem como seus olheiros e aliados. Essa estratégia permitiu à organização ter conhecimento prévio de ações policiais e atuar de forma a evitar detenções e desmantelamento de suas operações, tornando suas atividades ainda mais difíceis de serem combatidas. De acordo, (Ferreira; Framento, 2023, s.p). Isso envolve a imposição de suas regras em áreas que incluem terras indígenas e territórios quilombolas, visando facilitar a circulação de drogas e até mesmo controlar festas locais e monitorar o cotidiano dos habitantes para estabelecer uma governança local (Lacerda, 2023, s.p).

Neste prisma, é notório o fortalecimento das facções criminosas dentro do sistema prisional. Segundo um levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2023, houve um crescimento de 35,2% da população prisional nos Estados da Amazônia Legal, enquanto no Brasil o aumento foi menor, de 14,1%. De acordo com o informativo, essa lógica só se sustenta na medida em que o Estado não tem atuado para garantir condições dignas de cumprimento de pena nas unidades prisionais do país, de modo que passa a compartilhar com os grupos criminosos a governança desses espaços (Brasil, 2023, p. 7 – 8).

Em suma, o enfrentamento ao fortalecimento do PCC na região demanda uma abordagem integrada que compreenda a implementação de ações de inteligência, cooperação internacional e investimentos em infraestrutura, educação e políticas sociais. Essa abordagem visa prevenir o avanço do crime organizado e assegurar a segurança e o bem-estar dos cidadãos. Portanto, é imperativo que o poder público adote uma abordagem baseada na inteligência e na cooperação entre os diferentes estados.

Além disso, é fundamental destacar a importância do diálogo com os países da região amazônica, a fim de compreender a complexidade que se manifesta no território. Nesse contexto, (Couto, 2023, s.p) ressalta que é necessário que o poder público reconheça a interconexão entre grupos criminosos de diferentes estados, destacando a necessidade de cooperação entre as forças policiais. Além disso, enfatiza a importância do diálogo, por meio de um tratado de cooperação, entre o Governo Federal e as forças de segurança dos países amazônicos, todos enfrentando desafios compartilhados na área de segurança pública, especialmente relacionados à presença de facções ligadas ao narcotráfico.

Em conclusão, a expansão do PCC na região amazônica é um fenômeno complexo, alimentado pela carência de presença estatal, agravada pela falta de investimentos, corrupção e ineficácia institucional. As estratégias de cooptação e controle adotadas pelo PCC têm reconfigurado não apenas o cenário prisional, mas também as dinâmicas sociais nas periferias, desafiando as narrativas preconcebidas. A seguir, exploraremos os reflexos desse fortalecimento do PCC na região amazônica, analisando as implicações e desdobramentos dessa realidade para a segurança pública e a sociedade local.

4 O FORTALECIMENTO DO PCC NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E O ENFRAQUECIMENTO DA SEGURANÇA LOCAL

A consolidação do Primeiro Comando da Capital na região Amazônica tem provocado diversos efeitos. A facção criminosa ganhou expressividade, resultando em implicações para a

segurança pública, à medida que o poder das facções se estende tanto no sistema prisional quanto nas periferias das cidades amazônicas.

A priori, tem-se como um dos principais reflexos do fortalecimento da facção na região amazônica, o aumento significativo no número de mortes violentas. Haja vista, que o avanço da organização se correlaciona diretamente com o acréscimo da violência local. Conforme dados apontados pelo projeto "Cartografias das Violências na Região Amazônica" em 2020, os estados da Amazônia Legal registraram taxas de violência letal superiores à média nacional. Enquanto a taxa brasileira é de 23,9 mortes violentas intencionais (MVI) a cada 100 mil habitantes, nos estados amazônicos essa cifra aumentou significativamente para 29,6. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p. 6)

Por sua vez, o estudo revela a presença intensa de outras facções, das quais estariam na disputa junto com o PCC pelo mercado do crime e o controle das rotas de tráfico de drogas, tanto nacionais quanto transnacionais, isto é, fatores determinantes que levaram o aumento do número de morte violenta na região. Isso evidencia o descontrole e o agravamento da violência letal nessas áreas disputadas pelas facções criminosas. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p. 6-7)

Ademais, segundo o mesmo estudo mencionado anteriormente, observam-se transformações substanciais na região, sobretudo no que se refere à criminalidade violenta e, mais preocupante ainda, o fenômeno da interiorização da violência, indicando o deslocamento da violência dos grandes centros para as localidades menores. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p. 7)

Urge destacar, os dados analisados tornam-se ainda mais alarmantes quando se examinam as estatísticas do "Anuário Brasileiro de Segurança Pública" (Brasil, 2023, s.p), que apontam que as taxas de MVI na Amazônia Legal, em 2022, são 54% superiores às observadas nas demais regiões do Brasil. Além disso, 425 cidades da região apresentam taxas de MVI superiores à média nacional. A presença das facções na região, em particular do PCC, fragiliza a segurança pública local, criando um ambiente propício para o fortalecimento desses grupos e para sua dominação em grande parte da região.

Conforme Nogueira, Rodrigues e Souza (2023, p. 3), o aumento da violência na região amazônica é justificado pela notável presença de grupos do crime organizado e pelos conflitos decorrentes de suas disputas pelas rotas nacionais e internacionais de drogas que atravessam a região. Isso ocorre, mediante o fortalecimento da presença do PCC na região amazônica sob a qual vem avançando na medida em que passa a ocupar áreas que se destinam como rota para o tráfico de drogas.

Outrossim, como efeitos colaterais da presença dessa organização criminosa na Amazônia destacam o aumento da atividade de desmatamento e a escalada dos conflitos relacionados à posse de terras como fatores adicionais contribuindo para o cenário preocupante da segurança na região. (Ibid., p. 5)

Segundo um estudo conduzido em parceria com as Nações Unidas (ONU, 2023, p. 27), o crescente aumento da violência na Amazônia Legal tem origens significativas no avanço das organizações criminosas e sua intensificação de atuação na região. O estudo revela uma correlação clara entre o aumento da violência e a atuação de grupos criminosos organizados. Isso se baseia na compreensão de que há diversas disputas entre diferentes grupos pela supremacia na exploração de uma ampla gama de crimes na região, com destaque para o tráfico de drogas. O boletim destaca que no cerne da discussão sobre o crime organizado na Amazônia Legal estão os dois principais grupos brasileiros: o PCC e o Comando Vermelho (CV).

Percebe-se, portanto, que os diversos impactos resultantes da consolidação e fortalecimento das organizações criminosas na região amazônica são justificados pelo aumento da violência local, conforme os dados mencionados. Além disso, há um avanço na comercialização do tráfico de drogas, considerando que a Amazônia possui fronteiras com vários países, facilitando a expansão do comércio (Viana, 2020, p. 18).

(Ibid., p. 18) explica que as fronteiras constituem a rota natural do tráfico internacional de drogas e outros ilícitos, uma vez que se torna quase impossível a presença do Estado em todos os pontos de passagem. Portanto, o papel das facções é fundamental para fortalecer o controle do tráfico na região.

Com o aumento do tráfico de drogas na região amazônica, verifica-se uma atividade extremamente rentável para as facções, não apenas devido à facilidade de acesso através das fronteiras, mas também pela questão geográfica peculiar da região, como o acesso facilitado pelos rios e a vastidão da floresta amazônica. Assim, conforme explicam Couto e Oliveira (2017, p. 52), a Amazônia brasileira torna-se parte das redes de tráfico de cocaína conectando o crime organizado no Brasil.

Nesse contexto, Teixeira (2020, p. 27) destaca que a região amazônica apresenta condições ideais para que Organizações Criminosas Responsáveis pelo Tráfico Internacional de Narcóticos (ORCRIN) a utilizem como rota para o transporte de drogas. Essa propensão se deve à sua proximidade com os principais produtores, fronteiras instáveis e à rede de rios que conecta diretamente aos países andinos.

Couto e Oliveira (2017, p. 54) complementam, argumentando que a Amazônia se torna um terreno estratégico para as ações das redes do narcotráfico, visualizando-a como fronteiras propícias para articulação e expansão, especialmente no tráfico de cocaína de origem andina com destinos para os mercados europeu, africano e brasileiro.

Dessa maneira, a lacuna no poder do estado punitivo permite que o PCC se fortaleça, controlando não apenas a rota do tráfico de drogas na região amazônica, mas também implementando mecanismos que enfraquecem a segurança pública local. Isso resulta no predomínio do poder das facções sobre o exercido pelo Estado, uma vez que estas passam a gerir o tráfico de drogas, criando empregos informais e, simultaneamente, minando a segurança pública, gerando temor na população, sobretudo com o aumento das mortes na região.

O relatório "World Drug Report 2023" da UNODC destaca que o Brasil figura entre os principais países de trânsito e consumo de drogas na América do Sul (UNODC, 2023). Alguns desses fluxos e impactos refletem-se na Amazônia Legal. Logo, a comercialização do tráfico de drogas impacta diretamente as comunidades, pois as facções passam a exercer controle sobre a região, fortalecendo, assim, o comércio local.

Manso e Dias (2018, p. 285) afirmam que a expansão do PCC e a transformação do mercado de drogas são resultados de uma abordagem equivocada na área da Justiça e da Segurança Pública. A guerra que as autoridades imaginavam que ajudaria a controlar o crime acabou promovendo a criação e organização das facções criminosas, que assumiram o papel de inimigos e passaram à ofensiva, cada vez mais ricas e dispostas ao embate.

Os reflexos da consolidação do PCC na Amazônia vão além do aumento da violência local e do avanço do tráfico de drogas na região. O desmatamento, os crimes ambientais e o garimpo ilegal são fatores que refletem o avanço das facções criminosas.

Percebe-se que a violência na região amazônica se conecta tanto com o tráfico de drogas quanto com os crimes ambientais. Ou seja, a presença do PCC conecta diversas ilegalidades na região. No que se refere ao desmatamento, o relatório do "MAP Biomas de 2020" aponta um crescimento do desmatamento nos seis biomas brasileiros em 2020, resultando na perda de 24 árvores por segundo. Sobretudo na Amazônia, o aumento é de 9%, e conforme os dados, calcula-se que 99,4% das áreas desmatadas apresentam sinais de irregularidade, ou seja, decorrem de ações ilegais. Nesse sentido, verifica-se a atuação ilegal das facções que ocupam a região amazônica.

Conforme dados do relatório "Imazon, 2023", em fevereiro de 2023, o SAD detectou 325 quilômetros quadrados de desmatamento na Amazônia Legal, um aumento de 7% em

relação a fevereiro de 2022. (Amorim et al., 2023, s.p). O aumento no desmatamento, observa-se, resulta de uma atuação de grupos criminosos que detêm o controle na região, tendo em vista que o desmatamento se encontra interligado com o garimpo ilegal. Couto, (2023, s.p) afirma que essa relação dinâmica da economia do tráfico contribui para o avanço dos crimes ambientais, como desmatamento, poluição e redução da biodiversidade .

Para Arruda (2022, p. 21), a mineração e o garimpo ilegal possuem uma correlação direta com o desmatamento, representando importantes agentes de desflorestamento e queimadas. Isso ocorre porque áreas florestais são derrubadas para facilitar ou possibilitar o acesso aos minérios, o que pode aumentar os crimes ambientais. Assim, os reflexos do desmatamento perpassam para o fortalecimento de facções, em especial o PCC, no controle do garimpo ilegal.

O garimpo ilegal tornou-se lucrativo para essas organizações, que se aproveitam da vasta área onde a presença do Estado é ineficaz. Conforme dados do MapBiomias (2022, s.p.), o garimpo ilegal em terras indígenas cresceu 632% entre 2010 e 2021, e 352% apenas em 2021. A presença do PCC na região Norte, especialmente em Roraima, onde há evidências de atuação da facção, teve início em 2013, tornando o garimpo uma rota de fuga e um novo mercado para os membros das facções.

Segundo Lopes (2023, p. 18-19), as evidências revelam, até o momento, que entre as facções atuantes na região amazônica, o PCC é o mais proativo nas empreitadas no garimpo, legal ou ilegal. Com isso, pode-se afirmar que a facção é responsável por controlar parte da estrutura logística e de infraestrutura para a operação do garimpo em Roraima.

Nesse sentido, o PCC acaba por exercer controle sobre o garimpo ilegal na região da Amazônia, pois tais atividades geram um aumento econômico para a facção. Ocorre que o controle do PCC nessas áreas também se perpetua na manutenção do trabalho informal das comunidades locais. Ou seja, o trabalho exercido no garimpo não é restrito aos membros das facções, mas também envolve pessoas da localidade que, por não terem alternativas, acabam por desempenhar essa função. Assim, muitos daqueles envolvidos na atividade econômica não são necessariamente vinculados às facções, mas empregam sua mão-de-obra nos empreendimentos da organização, gerando um controle.

É importante destacar que o estudo Cartografias da violência na Amazônia aponta que a falta de governança e coordenação por parte do Poder Público favorece o fortalecimento do crime organizado na região, sobretudo com o avanço das facções criminosas. Segundo o estudo, há uma sobreposição territorial de diferentes ilegalidades e violências na região, bem

como o Narcotráfico, desmatamento, grilagem de terras ou garimpos ilegais são tipos de ilegalidades presentes na região. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p 4-5).

Ocorre que tais ilegalidades acabam por demonstrar uma ausência estatal na região amazônica, que contribui para o fortalecimento das facções que detêm o controle local. O estudo afirma que as brechas deixadas pelo estado têm sido utilizadas pelas redes de ilegalidades que, muitas vezes, essas sim, estão conectadas e atuando de forma articulada. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020, p 5.)

Dessa forma, o PCC na região amazônica representa um aumento da violência, do tráfico de drogas e na disseminação do medo entre a população local. De acordo com o Informe Especial, a região amazônica legal tem sido marcada pela sobreposição de crimes transnacionais e violência com atividades ilegais ambientais, como o tráfico de pescado, exploração ilegal de madeira, garimpo ilegal de ouro e outros minerais. A intensificação da presença de organizações criminosas na região parece ter fortalecido ainda mais essa sobreposição (Brasil; 2023, p. 6).

Diante disso, os reflexos do fortalecimento do PCC se manifestam de diversas formas para a região amazônica, especialmente em sua expansão para a Amazônia Legal. Isso demonstra a ineficácia da atuação do Estado na região, comprometendo seriamente a segurança pública na área, tornando essencial a implementação de medidas para combater eficazmente o crime organizado e promover o bem-estar da população local.

Além disso, o enfraquecimento da segurança pública se justifica, pois a política de segurança exercida pelo Estado não é capaz de coibir o avanço das facções criminosas na região. De acordo com um estudo trazido pelo Instituto Igarapé (2023, p. 81), sempre que as forças de segurança precisam escolher entre distribuir seus recursos efetivos para o controle da criminalidade urbana ou para o combate à criminalidade ambiental, as questões específicas da Amazônia sempre estarão em lugar menos privilegiado de sua agenda de trabalho. Ou seja, o próprio Estado não investe em demandas de segurança pública para a região amazônica, o que se torna prejudicial com o avanço e a consolidação das facções criminosas na região.

Portanto, é evidente que os impactos do avanço do PCC na região amazônica se manifestam através do aumento da violência, da expansão do tráfico de drogas e da influência da facção no garimpo ilegal. Tais desdobramentos comprometem significativamente a segurança pública local. Isso ocorre devido às peculiaridades da região amazônica, onde verificar-se que ausência do Estado emerge como um fator que legitima o avanço das facções, sobretudo do PCC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo discutiu as tensões de poder entre o Estado punitivo e o PCC, analisando como a consolidação da facção se expandiu para além das prisões, alcançando ruas, favelas e periferias em todo o país, inclusive na região amazônica. Destaca-se que essa expansão trouxe implicações significativas para a segurança pública local.

Ao longo do texto, evidencia-se que o avanço das organizações criminosas pelo país ocorre devido à omissão do aparato estatal, tanto dentro do sistema prisional quanto nas ruas e periferias. A consolidação do PCC na região amazônica, em particular, apresenta desafios únicos, como as fronteiras com outros países e a geografia específica da região.

Além disso, o fortalecimento do PCC na região decorre de diversos impactos que contribuem para a consolidação da facção, como o aumento da violência letal na região amazônica, justificada por disputas de territórios que visam controlar o tráfico de drogas na Amazônia. Para além desses fatores, conforme trabalhado ao longo do estudo, a presença da facção nas áreas de garimpo e legal, bem como a participação no desmatamento, demonstram como o PCC passou a exercer controle na localidade. Não somente na rota do tráfico de drogas, mas também na mão de obra nos garimpos ilegais, ou seja, passou a controlar trabalhos informais.

A presença das facções criminosas nessa região contribui para o enfraquecimento da segurança pública local, pois ocupam espaços onde o Estado não está presente, assumindo, por exemplo, o controle do tráfico de drogas e o garimpo ilegal, bem como aumentando a violência local. Destaca-se que essa expansão tem implicações diretas na segurança pública, ampliando as tensões de poder entre o Estado punitivo e as facções criminosas.

O estudo revela ainda que a ausência estatal, em meio às desigualdades sociais e econômicas, fortalece as organizações criminosas. A conclusão é que a consolidação das facções ocorre em meio à ausência estatal, atuando em diversos aspectos da sociedade em busca de seus interesses.

A expansão do PCC para a região amazônica, como destacado, fragiliza a segurança pública local, evidenciando um vácuo no poder estatal e um fortalecimento das facções. Entre as consequências, destaca-se o aumento da violência, com dados indicando um crescimento nas mortes violentas, além da expansão das rotas de tráfico e a presença nos garimpos ilegais.

A presença do PCC na Amazônia amplia não apenas os problemas de segurança pública, mas também agrava a situação ambiental. Envolvendo-se em atividades ilegais, como

tráfico de drogas e exploração de recursos naturais, a facção não apenas financia suas operações, mas também intensifica a devastação ambiental.

O desmatamento desenfreado e a contaminação resultante não apenas ameaçam a biodiversidade única da Amazônia, mas também comprometem o equilíbrio ecológico e a subsistência de comunidades locais. Assim, a atuação do PCC não é apenas uma questão de segurança, mas também uma preocupação socioambiental.

Essa confluência de fatores demanda uma abordagem ampla e coordenada que una esforços de segurança, ambientais e sociais para mitigar os efeitos nocivos dessa presença criminosa na Amazônia.

É crucial que o Estado adote uma postura mais abrangente, enfrentando questões sociais e econômicas subjacentes ao fenômeno criminal. A ênfase deve ser na prevenção e no combate às causas do crime, visando construir uma sociedade mais justa, segura e inclusiva para todos os cidadãos. Essa abordagem é essencial para combater efetivamente o contexto de nascimento do PCC e outras facções criminosas, contribuindo para a construção de políticas de segurança pública mais eficazes (Moreira, 2020, p. 8). Além disso, a pesquisa proporciona contribuições relevantes para o conhecimento científico na comunidade acadêmica paraense sobre essa problemática, oferecendo benefícios acadêmicos, sociais e institucionais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE E SILVA, Catarina; NASCIMENTO, Martha Chaves; LEÃO, Myrna Silva de Sousa. **Internacionalização do PCC: O narcotráfico além das fronteiras**. 2023. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/34016/1/TCC - Internacionalizac%cc%a7a%cc%83o do PCC O narcotra%cc%81fico ale%cc%81m das fronteiras.pdf>. Acesso em: 21 de jul de 2023.

AMORIM, L. et. al.. **Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD)** – Fevereiro de 2023. Belém: Imazon, 2023. Disponível em <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-alerta-de-desmatamento-sad-fevereiro-de-2023/>. Acesso em 19 nov. 2023

ARAUJO, Fábio Lopes. **De perto e de dentro: Globalização, violência e o poder das Facções Criminosas no Brasil**. 2018. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade de Lisboa, Portugal, 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/4872873056d6c0610960c6c13e49173d/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 06 out 2023.

ARRUDA, Eduarda Specia de. **A flexibilização da legislação ambiental e o desmatamento da Amazônia: o agravamento do desmate e suas motivações com base em decisões judiciais de 2019 a 2021**. 2022. 78f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal do

Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/22721/1/tcc%20finalizado..pdf>. Acesso em 19 nov 2023.

BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC**. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

MAPBIOMAS. **País perdeu 24 árvores por segundo em 2020**. MapBiomias Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2017/09/08/pais-perdeu-24-arvores-por-segundo-em-2020/>. Acesso em 19 nov 2023

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2023**. 2023a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Informe Especial: Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal**, julho de 2023. 2023b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/06/informe-especial-seguranca-publica-e-crime-organizado-na-amazonia-legal.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2023.

LIMA, Renato Sérgio de Lima (coord.). **Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/relatorio-governanca-capacidades.pdf> Acesso em: 14 nov 2023

CHRISTINO, Marcio Sergio; TOGNOLLI, Claudio. **LAÇOS DE SANGUE: A história Secreta do PCC**. 1. Ed. São Paulo: Matrix, 2017.

COSTA, Flávio; ADORNO, Luís. **PCC domina o crime em 8 estados e disputa o controle em outros 13 e no DF**. São Paulo: UOL, Cotidiano, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/10/mapa-da-presenca-do-pcc-nos-estados-brasileiros.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 nov. 2023.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **Do Poder das Redes às Redes do Poder: Necropolítica e Configurações Territoriais Sobrepostas do Narcotráfico na Metrópole de Belém-PA**.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Pará, 2017. Disponível em:

<https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/documentos/AIALA%20COLARES%20DE%20OLIVEIRA%20COUTO.pdf>. Acesso em: 13 ago 2023.

COUTO, Aiala Colares; OLIVEIRA, Isabela de Souza. A geografia do narcotráfico na Amazônia. *Geographia Opportuno Tempore*, v. 3, n. 1, p. 52-64, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31774>. Acesso em: 10 nov. 2023.

COUTO, Vinicius Assis et. al. **Tráfico de drogas na Amazônia: achados iniciais**. Brasília: Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (Cdesc), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em

https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/povos-indigenas-e-comunidades-tradicionais/boletim_amazonia_v1-indd.pdf. Acesso em: 06 nov 2023

CUETO, José Carlos. **Como o crime organizado brasileiro se apoderou das principais rotas do tráfico na América do Sul**. BBC News Mundo, 7 de março de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51699219>. Acesso em: 10 out. 2023.

DE ANDRADE, Vera Regina Pereira. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des) ilusão**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/pt-br.php>. Acesso em 23 jul. 2023

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo social**, v. 23, p. 213-233, 2011. Disponível em <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1310>. Acesso em 09 nov. 2023

DIAS, Camila Nunes; PAIVA, Luiz Fábio S. Facções prisionais em dois territórios fronteiriços. **Tempo Social**, v. 34, p. 217-238, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/191220>. Acesso em: 23 out. 2023.

FERREIRA, Marcos Alan SV; FRAGMENTO, Rodrigo de Souza. Atores não-estatais violentos transnacionais na América do Sul: um exame dos casos do Primeiro Comando da Capital e da Família do Norte. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 14, n. 1, p. 72-87, 2020. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1011>. Acesso em: 17 jul. 2023.

FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das Violências na Região Amazônica: Síntese dos Dados e Resultados Preliminares**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/11/cartografias-das-violencias-na-regiao-amazonica-sintese-dos-dados.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

LACERDA, Lucas. **Tráfico de drogas avança na Amazônia e impulsiona violência e desmatamento**. Folha de S.Paulo, 12 de julho de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/trafico-de-drogas-avanca-na-amazonia-e-impulsiona-violencia-e-desmatamento.shtml>. Acesso em: 10 outubro de 2023.

Lopes Junior, Edrizio Domingos. **"Auri sacra fames": as conexões entre o garimpo (i)legal e o narcotráfico na Amazônia brasileira durante o governo Jair Bolsonaro (2018-2022)**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/36361>. Acesso em: 11 nov. 2023

MANSO, Bruno Paes. **A redução dos homicídios em 2023 e os 30 anos da facção criminosa que nasceu nos presídios paulistas**. G1, Monitoramento da violência, 17 de

agosto de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/08/17/a-reducao-dos-homicidios-em-2023-e-os-30-anos-da-facciao-criminosa-que-nasceu-nos-presidios-paulistas.ghtml>. Acesso em: 20 nov 2023.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.

MAPBIOMAS. **Destaques do mapeamento anual de mineração e garimpo no Brasil de 1985 a 2021: Mineração**. 2022. PDF. Disponível em: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/MapBiomias_Minera%C3%A7%C3%A3o_2022_30_09.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

MARTINS, Robson José Oliveira; MACHADO, Sergio Cerzano; **organização criminosa nos presídios do Paraná**: considerações sobre as possibilidades de combate mediante aplicação das garantias fundamentais do preso. In: 4º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais–2016, p. 1-21. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/contemporaneidade/anais/593706e9719a5.pdf>. Acesso em 13 nov 2023.

MOREIRA, Pedro Gleuciano Farias. **Caracterização das organizações criminosas que atuam no Estado do Pará a partir de denúncias oferecidas pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado**. 2020. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Universidade Federal do Pará, Pará, 2020. Disponível em: https://www.ppgsp.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2019/201901%20-%20MOREIRA.pdf. Acesso em: 13 nov 2023

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo; SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. Dinâmicas "Faccionais" e Políticas Estatais entre o Dentro e Fora das Prisões do Ceará. **Resenhas e Debates**, v. 4, n. 40, p. 124 - 164, 2022. Disponível em: www.ioles.com.br/boca. Acesso em: 21 de jul de 2023.

NOGUEIRA, Lauro; RODRIGUES, Fábio Lúcio; SOUZA, Wallace Patrick Santos de Farias. **Um Retrato da Violência e Criminalidade na Amazônia Legal**. Disponível em: https://www.anpec.org.br/nordeste/2023/submissao/arquivos_identificados/041-202e53f6df7e6d9c0de3fdcf1fd8081f.pdf. Acesso em: 06 nov 2023

PARENTE, Fernando Vidal Vianna. **Narcotráfico na Amazônia: Um Desafio para a Defesa Nacional**. 2020. 78f. Artigo (Curso de Altos Estudos em Defesa) – Escola Superior de Guerra, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1310>. Acesso em: 11 nov 2023.

RODRIGUES, Pedro Victor Carvalho; REZENDE, Ricardo Ferreira. A dominância das facções criminosas dentro e fora do sistema penitenciário e as consequências para a sociedade. **JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL**, v. 2, ed. 39, p. 397-412, agosto-outubro 2022.

SANTOS, Denis Delgado; JORGE, Domenico Rodrigues Simião Reis; SOUZA, Eduardo Rumenig de. O paradoxo da política de segurança pública: Estado, PCC e a gestão da violência na cidade de São Paulo. **Primeiros Estudos**, n. 8, p. 105-124, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/primeirosestudios/article/view/96720>. Acesso em: 13 nov 2023

TEIXEIRA, Janilson Campos. **O avanço do Primeiro Comando da Capital rumo à Região Norte do país e o papel do Exército Brasileiro para frear essa expansão.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

UNODC. *World Drug Report 2023. United Nations publication, 2023.* Disponível em https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_Exsum_fin_DP.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.